

Efeitos da crise sanitária sobre o mercado de trabalho: estamos todos no mesmo barco?

Letícia Figueiredo Collado¹, Marcelo Nakamura Saito², Agnaldo Valentin³, André Gal Mountian⁴

1. Introdução

Este é o segundo de uma série de artigos de conjuntura sobre a crise sanitária do Coronavírus. Na edição de junho do Boletim de Políticas Públicas exploramos os dados de mercado de trabalho e saúde com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de maio de 2020, denominada de PNAD COVID19, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este monitoramento pretende auxiliar a compreensão dos fenômenos intrínsecos à crise, desenvolvimento de futuras pesquisas, bem como a formulação e implementação de políticas públicas adequadas aos desdobramentos sociais e econômicos decorrentes da pandemia. Este artigo também trata dos efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho com os dados da PNAD COVID19, mas focando nas desigualdades produzidas ou intensificadas pela crise sanitária.

1 Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

2 Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

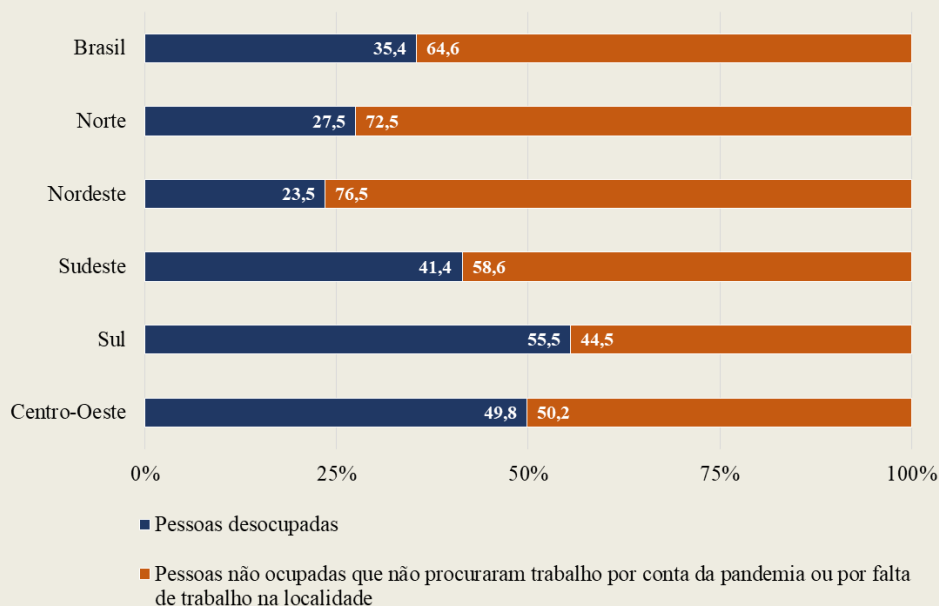
3 Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP)

4 Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP)

2. Evolução do Mercado de trabalho

O primeiro indicador utilizado para avaliar o desempenho do mercado de trabalho é a taxa de desocupação (taxa de desemprego). Conforme apresentado na edição de junho do Boletim de Políticas Públicas, a taxa de desocupação era de 10,7% da força de trabalho, totalizando 10,1 milhões de trabalhadores, de acordo com os dados da PNAD COVID de maio de 2020. No entanto, a taxa de desocupação precisa ser complementada com outros indicadores para uma compreensão mais ampla do fenômeno do desemprego. Considerando que 18,5 milhões de pessoas não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade, obtemos que a subutilização da força de trabalho é da ordem de 28,6 milhões de pessoas, por razões que podem estar relacionadas à pandemia. Este nível de subutilização, contudo, não se distribuiu de maneira uniforme entre homens e mulheres, brancos, pretos e pardos, bem como entre as regiões do país, como mostrado no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1. Composição da subutilização da força de trabalho nas grandes regiões do país (maio/2020) (%)



Fonte: IBGE (2020)

Os dados agregados do país mostram que a taxa de desocupação representa 35,4% da subutilização da força de trabalho, cuja maior parte é explicada pelo contingente que não procurou trabalho por conta da pandemia. Esta última parcela é ainda mais relevante nas regiões Norte e Nordeste, o que mostra a limitação da taxa de desemprego como indicador de mercado de trabalho, especialmente em momentos de crise.

A tabela 1 abaixo mostra a distribuição de alguns indicadores de mercado de trabalho por sexo, cor/raça, escolaridade e região. Observa-se que os indicadores são desfavoráveis às mulheres, pretos e pardos, pessoas com baixa escolaridade e regiões Norte e Nordeste. Entre as pessoas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade e gostariam de trabalhar, chama a atenção que 18,4% das mulhe-

res estão nesta condição, bem como a mesma proporção de pretos e pardos. Além disso, considerando as pessoas afastadas do trabalho devido ao distanciamento social, a taxa de mulheres e pretos e pardos é de 23,5% e 20,8%, respectivamente.

Tabela 1. Distribuição de indicadores de mercado de trabalho por sexo, cor/raça, escolaridade e região (maio/2020)

	Taxa de Desocupação (%)	Não procuraram por conta da pandemia (%)	Afastadas do trabalho devido ao distanciamento social (%)	Ocupadas que trabalhavam de forma remota (%)
Total	10,7	15,3	18,6	13,3
Homens	9,6	12,5	15,0	10,3
Mulheres	12,2	18,4	23,5	17,9
Branco	9,2	11,4	16,1	17,6
Negro	12,0	18,4	20,8	9,0
Fundamental incompleto	11,8	18,1	19,2	0,6
Médio incompleto	14,0	19,7	20,5	1,7
Superior incompleto	11,8	16,2	19,6	7,9
Superior completo	5,5	6,3	15,2	38,3
Norte	11,0	20,6	23,3	7,1
Nordeste	11,2	24,5	26,6	10,7
Sudeste	10,9	12,7	17,9	17,2
Sul	8,9	6,3	10,4	10,1
C.O.	11,4	9,7	13,8	10,7

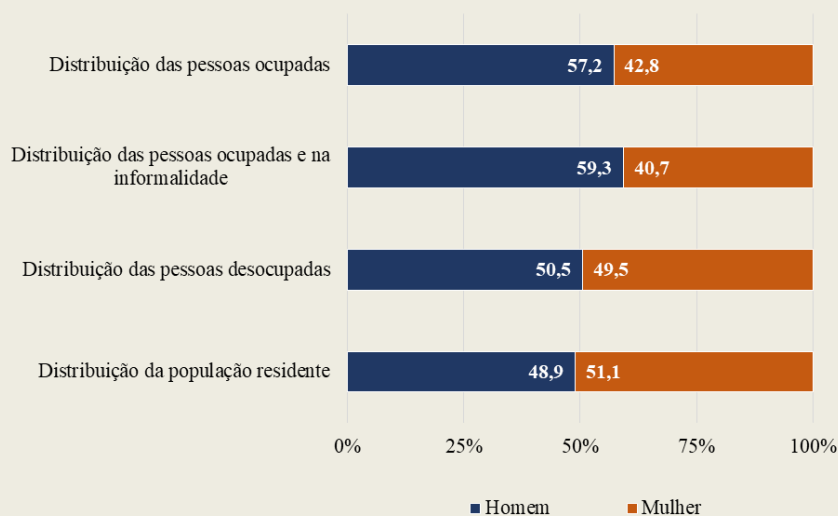
Fonte: IBGE (2020)

Quando avaliado o subgrupo populacional que está ocupado de forma remota, é possível observar que 38,3% das pessoas com ensino superior completo conseguiram converter sua atividade laboral para *home office*. De outro lado, somente 0,6% dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto e 1,7% com ensino médio incompleto passaram a trabalhar remotamente.

Neste quesito, a participação das mulheres é superior a dos homens (17,9% e 10,3%, respectivamente), e a de brancos é superior a de negros (17,6% e 9%, respectivamente), possivelmente porque a escolaridade média das mulheres/brancos é superior a dos homens/negros. Do ponto de vista das regiões, o Centro-Oeste possui a maior taxa de desocupação, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentam a maior proporção de pessoas que não procuraram emprego por conta da pandemia, bem como contingente que estava afastado devido ao distanciamento social.

Analisando separadamente a população por um recorte de gênero, o gráfico 2 abaixo mostra que existe uma subrepresentação das mulheres na força de trabalho. A PNAD de maio de 2020 identifica que 42,8% do total de pessoas ocupadas são mulheres, o que corresponde a 36,1 milhões, das quais 11,9 milhões estão na informalidade. Comparativamente, as mulheres representam 51,5% da população brasileira. Mesmo apresentando menor taxa de participação no mercado de trabalho relativamente aos homens, as mulheres representam 49,5% do contingente desocupado, resultado da maior taxa de desemprego, como mostrado na Tabela 1.

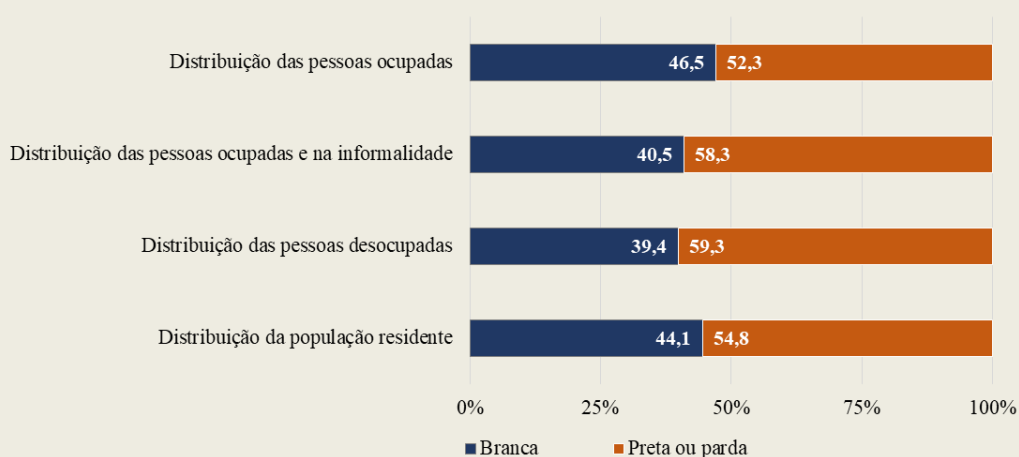
Gráfico 2. Distribuição da população residente, ocupada, desocupada e ocupada na informalidade, por sexo (maio/2020) (%)



Fonte: IBGE (2020)

No que diz respeito à desigualdade de cor e raça, de forma similar, ocorre a subrepresentação de pretos e pardos na parcela de pessoas ocupadas, apesar de em menor proporção. Pretos e pardos somam 44,1 milhões de ocupados, representando 52,3% do total, enquanto correspondem a 54,8% da população no Brasil. Em contrapartida, destaca-se sua sobrerrepresentação nos grupos de pessoas ocupadas e na informalidade, no qual pretos e pardos representam 58,3% do total. Já no contingente desocupado, pretos e pardos representam 59,3% do total, conforme apresentado no Gráfico 3. Somado a isso e à semelhança do que foi observado com as mulheres, a taxa de desemprego verificada entre pretos e pardos é maior do que a média brasileira, 12%, enquanto a taxa entre brancos corresponde a 9,2%.

Gráfico 3. Distribuição da população residente, ocupada, desocupada e ocupada na informalidade por cor/raça (maio/2020) (%)



Fonte: IBGE (2020)

3. Renda do trabalho

A pandemia afetou o rendimento médio do trabalho, que em maio de 2020 foi de R\$ 1899, sofrendo uma queda de 18,14%, em comparação com R\$ 2330 normalmente recebidos (considerando todos os trabalhos e não somente o principal). Esta queda pode ter sido impulsionada pelo afastamento temporário do trabalho sem rendimentos de cerca de 9,7 milhões de pessoas, de acordo com a PNAD Covid. No entanto, a diminuição de salários não foi homogênea ao longo da população ocupada, sendo desigualmente distribuída pelos estratos de cor, sexo, idade, graus de instrução e posições de ocupação.

O nível educacional apresenta-se como fator de grande importância no que diz respeito à renda, especialmente a diferença entre os que possuem ensino superior ou pós graduação e os demais níveis de escolaridade, em todas as regiões. Os traba-

lhadores sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto registraram renda média de R\$ 924, aproximadamente um quarto da renda média dos que possuem ensino superior ou pós graduação. O gráfico 4 abaixo mostra a queda da renda recebida em todos os trabalhos em maio de 2020, relativamente ao normalmente recebido.

Gráfico 4. Queda no rendimento efetivamente recebido em todos os trabalhos, relativamente ao valor normalmente recebido (maio/2020)

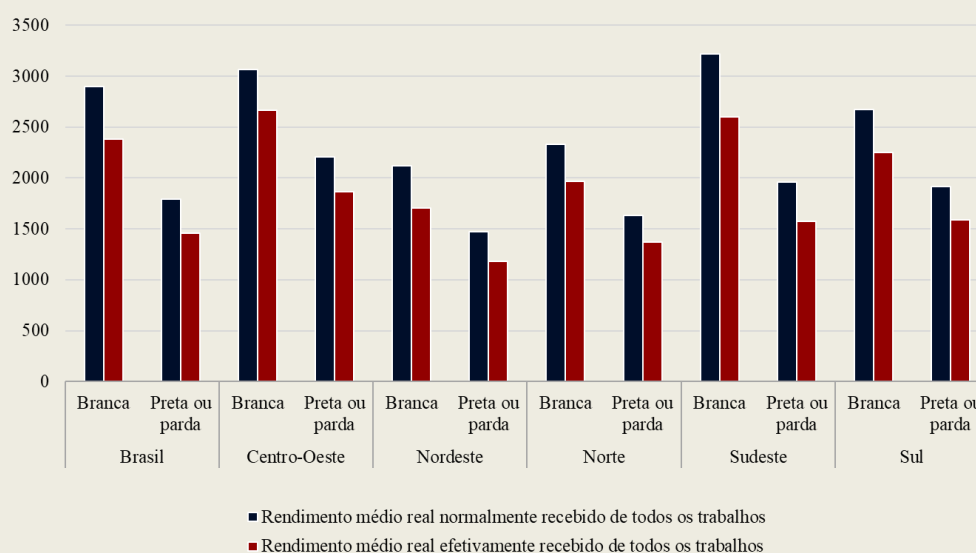


Fonte: IBGE (2020)

Em todas as regiões, a renda do trabalho manteve-se mais estável entre trabalhadores mais qualificados, com ensino superior completo, com destaque para a região Centro-Oeste, que apresentou queda de 8,56%. Já os trabalhadores menos qualificados, com escolaridade até ensino médio incompleto, tiveram quedas mais acentuadas, chegando a 30% na região Nordeste.

No recorte de cor/raça, em todo território nacional, os brancos declararam uma renda média 63% maior do que pretos e pardos. A maior diferença foi encontrada entre os brancos do Centro-Oeste e pretos e pardos do Nordeste, com uma renda média efetiva de R\$ 2668 contra R\$ 1180, respectivamente, aproximadamente 127% a mais, conforme mostrado no gráfico 5. No entanto, a variação percentual do salário recebido normalmente e efetivamente variou de maneira semelhante, sendo -17,81% entre brancos e -18,62% para pretos e pardos.

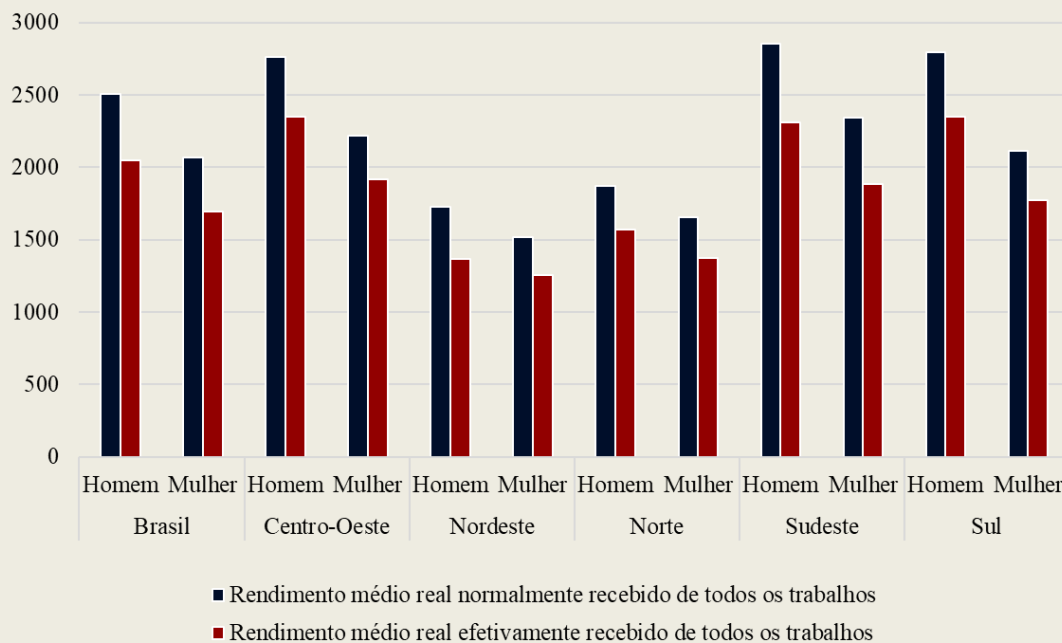
Gráfico 5. Rendimento efetivo e normalmente recebido em todos os trabalhos, por cor/raça (maio/2020) (R\$)



Fonte: IBGE (2020)

No recorte de sexo, podemos observar a clara diferença de renda entre homens e mulheres, em todas as regiões do país. Mulheres receberam aproximadamente 17% a menos do que os homens, e a queda foi de aproximadamente 18% para ambos. O recorte regional também apresenta heterogeneidade, sendo a renda efetiva dos homens do Sul 87% maior do que mulheres do Nordeste, conforme mostrado no gráfico 6.

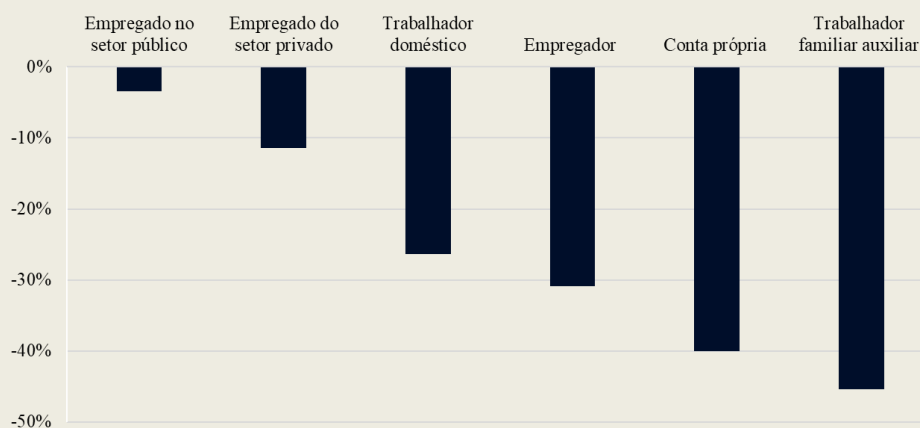
Gráfico 6. Rendimento efetivo e normalmente recebido em todos os trabalhos, por sexo (maio/2020) (R\$)



Fonte: IBGE (2020)

De acordo com a posição na ocupação, observam-se grandes desigualdades entre as posições e também na variação sofrida após o início da pandemia. Os empregadores e empregados do setor público possuíam as maiores rendas, sendo elas R\$ 5899 e R\$ 3584, respectivamente. Por outro lado, trabalhadores por conta própria, domésticos e familiares auxiliares recebiam R\$ 1820, R\$ 948 e R\$ 1091, respectivamente. Com os efeitos da pandemia, estes três grupos de trabalhadores sofreram grandes perdas, sendo -40% dos trabalhadores por conta própria, -45,4% dos familiares auxiliares, e -26,3% dos domésticos. Empregadores também sofreram fortes perdas, com -30,9%. A posição que menos sofreu com a pandemia são os empregados no setor público, com -3,4% a menos de renda.

Gráfico 7. Queda no rendimento efetivamente recebido em todos os trabalhos, segundo posição na ocupação (maio/2020)



Fonte: IBGE (2020)

Ao analisar os dados da PNAD COVID19, torna-se evidente que os efeitos da crise sanitária no mercado de trabalho se estendem para além do desemprego - o trabalho remoto, o afastamento da ocupação, o desalento e redução dos rendimentos dos trabalhadores são apenas alguns dos fatores que demonstram a complexidade do impacto da pandemia. Um olhar mais atento aos dados da pesquisa, entretanto, permite destacar desigualdades que já se faziam presentes no contexto brasileiro. Não só as mulheres e os pretos e pardos se encontram mais prejudicados em relação aos homens e brancos, mas se revelam piores condições no mercado de trabalho para aqueles com menor nível de escolaridade, além de diferentes condições para pessoas que exercem diferentes posições na ocupação, e entre diferentes regiões do país. Com o cenário desenhado pelos dados da PNAD COVID19 de maio de 2020, portanto, dificilmente poderíamos dizer que a crise repercute de forma homogênea na população brasileira.

Referências Bibliográficas

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19, disponível em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-se-manal-pnadcovid1?t=o-que-e&utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19, acesso em 26 de maio de 2020.